



O PLANEJAMENTO COLABORATIVO COMO ESTRATÉGIA INCLUSIVA

Daiana Aparecida Teles Vieira de Lima¹

Everton Schwartz da Silva²

Janaína Gonçalves de Oliveira³

Josiele Regiane Grossklaus Senff⁴

Sandra Salete de Camargo Silva⁵

RESUMO

Esta pesquisa é resultado dos estudos, reflexões e análises desenvolvidas, junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão (GEPEDIN), ambos vinculados à Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Campus União da Vitória. Considerando a relevância da organização da ação docente, assim como a necessidade de promover o trabalho colaborativo no ambiente escolar, a seguinte pergunta permeia o problema da pesquisa: Como o planejamento colaborativo contribui para desenvolver práticas inclusivas, garantindo a aprendizagem de todos(as) os(as) estudantes? Assim, a pesquisa objetiva evidenciar a importância da articulação do planejamento dos(as) professores(as) da classe comum do ensino regular, junto aos(às) demais profissionais envolvidos(as) no processo de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Campus de União da Vitória. Docente efetiva do Município de União da Vitória e membro do GEPEDIN/CNPQ e GPPRAX/CAPES. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3207806446284514>>. E-mail: vdaiana16@yahoo.com.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Campus de União da Vitória. Docente da rede pública do Estado do Paraná e membro do GEPEDIN/CNPQ e GPPRAX/CAPES.. Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/5482197051145233>>. Email: everton.silva5@escola.pr.gov.br.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Campus de União da Vitória. Docente na rede municipal de União da Vitória-PR e Porto União- SC e membro do GEPEDIN/CNPQ e GPPRAX/CAPES. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4979196869362300>>, <<https://orcid.org/0009-0004-9593-78>> Email: janainegdeoliveira@gmail.com.

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Campus de União da Vitória. Docente da rede pública do Estado de Santa Catarina e do Município de Porto União-SC e membro do GEPEDIN/CNPQ e GPPRAX/CAPES. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8927052436349202>>, <<https://orcid.org/0000-0002-7201-4087>>. Email: josiele.r.grossklaus@gmail.com.

⁵ Doutora e Mestre em educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Graduação em Pedagogia(UNICENTRO) e Direito (UEM). Docente associada da UNESPAR - Campus de União da Vitória nos cursos de Direito e Pedagogia. Docente permanente do PROFEI. Coordenadora do PROJETO ACITEC-IN - ACESSIBILIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS DE INCLUSÃO GEPEDIN/CNPQ e GPPRAX/CAPES. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7044281324055317>>. E-mail: sandra.salete@unespar.edu.br. Esta pesquisa possui apoio da Universidade Estadual do Paraná (Unespar)



escolarização dos(as) estudantes, de modo a estabelecer uma cultura de colaboração na escola. O referencial teórico do estudo proposto, de cunho bibliográfico, respalda-se nas obras dos(as) autores(as) Damiani, Libâneo, Marin, Braun, Glat, Pletsch, Mendes, entre outros(as), que abordam a temática. Constatamos, por meio destes estudos, que o processo de inclusão necessita da reorganização da ação docente, uma ressignificação da cultura e das práticas pedagógicas adotadas por todos(as). Essas mudanças podem ser implementadas pelo trabalho colaborativo no ambiente escolar, desenvolvendo a articulação de saberes e experiências que contribui significativamente para a implementação de ações necessárias à efetivação de uma educação realmente inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Trabalho Colaborativo, Planejamento Colaborativo.

INTRODUÇÃO

Ao pesquisar o atual sistema de educação pública, evidencia-se o paradoxo existente entre inclusão e exclusão. Diante dessa situação, identificamos diversas possibilidades do desenvolvimento de ações colaborativas para promover um processo de ensino e aprendizagem que contribua para a inclusão de todos(as), da classe comum do ensino regular.

O direcionamento para uma educação inclusiva evidencia-se por meio das políticas públicas, que visam assegurar o direito de todos(as) a uma educação de qualidade. A orientação para práticas pedagógicas inclusivas é identificada nas pesquisas realizadas pelos(as) participantes do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão (GEPEDIN), ambos vinculados à Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Campus União da Vitória.

Constatamos que o processo de inclusão necessita da reorganização da ação docente, associado principalmente à ressignificação da cultura e das práticas pedagógicas adotadas por todos(as) os(as) envolvidos(as) (Glat; Pletsch, 2013). Para que realmente ocorram essas mudanças, o trabalho colaborativo, no ambiente escolar, tem papel fundamental, pois, por meio dele, a articulação de saberes e experiências entre todos(as) os(as) profissionais envolvidos no processo de escolarização dos(as) estudantes, contribuirá para o desenvolvimento de ações necessárias às transformações necessárias (Mendes, 2023).

Com o objetivo de qualificar as práticas no contexto do ensino comum nas escolas regulares, a presente pesquisa destaca o planejamento colaborativo como estratégia para a promoção de ações que visam contemplar um aprendizado de qualidade para todos(as) os(as) estudantes. Nesta direção, propomos o seguinte questionamento: como o planejamento



colaborativo contribui para desenvolver práticas inclusivas, garantindo a aprendizagem de todos(as) os(as) estudantes?

Nesse contexto, a pesquisa objetiva evidenciar a importância da implementação do planejamento colaborativo entre os(as) professores(as) da classe comum do ensino regular, com os(as) demais profissionais envolvidos(as) no processo de escolarização dos(as) estudantes. Desta forma, fomentando um trabalho colaborativo que contribuirá para que ocorra o desenvolvimento da cultura de colaboração, em detrimento do individualismo e do isolacionismo que comumente marcam a atividade docente.

Realizamos a pesquisa bibliográfica, apresentando o referencial teórico respaldado nas obras dos(as) autores(as) Damiani (2008), Libâneo (2012), Marin e Braun (2013), Glat e Plestch (2013), Mendes (2023), entre outros(as), que desenvolvem suas pesquisas com foco na educação inclusiva, no trabalho colaborativo, no planejamento e nas práticas pedagógicas.

Assim sendo, destacamos que o trabalho colaborativo deve ser desenvolvido com toda a comunidade escolar, a fim de fomentar discussões, promover debates, reflexões e ações significativas que possam orientar escolhas e encaminhamentos de ações que possibilitem diversas práticas inclusivas, presentes e executadas a partir de um planejamento.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica cujos estudos, conforme Prodanov e Freitas (2013), estão direcionados a identificar os processos envolvidos, seus significados, contribuindo para que ocorra uma análise e interpretação das informações, e para a compreensão da importância do planejamento colaborativo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Ainda, apresenta um cunho exploratório, ao questionar como o planejamento colaborativo pode contribuir para que práticas inclusivas sejam desenvolvidas nas salas de aula comum do ensino regular, no sentido de encontrar elementos que apresentem maior familiaridade com o tema, suscitando questionamentos e diversas possibilidades para enriquecer as discussões propostas pela problemática apresentada (Gil, 2002).



A pesquisa bibliográfica, fundamentada nos estudos já desenvolvidos e disponibilizados em livros, teses, dissertações e artigos publicados, embasaram o estudo com o conhecimento científico necessário para concretizar a pesquisa (Gil, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que a educação deve ser pensada e planejada para atender a todos(as) os(as) estudantes, principalmente sobre a perspectiva inclusiva, tivemos diversas políticas públicas voltadas para atender esta necessidade. Podemos destacar, dentre elas, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), que estabelece o direito de todas as crianças estarem matriculadas na sala de aula comum do ensino regular; a Lei Brasileira de Inclusão (2015), que assegura e promove o direito de igualdade, de oportunidades, participação e aprendizagem.

A educação subsidiada pela perspectiva inclusiva, presente nas políticas públicas, refere-se ao direito à educação de qualidade para todos(as), de modo que “[...] prioriza: o acesso à educação, a participação em atividades propostas pela escola e, fundamentalmente, a garantia do aprendizado” (Oliveira, 2022, p. 7).

Nesse sentido, é preciso assegurar, além da garantia do acesso e permanência, educação de qualidade, orientada por uma proposta educacional que reconheça e valorize todos(as), superando práticas fundadas na homogeneização. Portanto, caracteriza-se o grande desafio nos ambientes educacionais na atualidade, requerendo um esforço de todos(as) os(as) profissionais envolvidos(as) em promover e compartilhar espaços colaborativos, de maneira a contribuir para que tais enfrentamentos tenham mais êxito (Damiani, 2008).

Nessa direção, o trabalho colaborativo como estratégia inclusiva permite maior articulação de saberes a qual propicia, aos(as) profissionais, avaliar as situações que se apresentam como desafiadoras e estabelecer um processo de planejamento juntos(as) para optar por estratégias mais adequadas à promoção de uma aprendizagem que realmente contemple a todos(as) (Marin; Braun, 2013). Assim, o trabalho colaborativo direciona para a efetivação de um planejamento com práticas pedagógicas inclusivas por meio de um “[...] conjunto de ações e procedimentos educacionais adequados a todos os perfis dos alunos” (Rizzo; Bortolini; Rebeque, 2014, p. 192).



Quando pensamos em planejamento, é importante considerar a definição utilizada por Libâneo (2012), de que planejar é refletir sobre a ação, contemplando aspectos essenciais do processo de ensino e aprendizagem, tais como: o que ensinar, para que e como ensinar, organizar e articular metodologias para contemplar a todos(as) os(as) estudantes.

Quando o planejamento em questão é realizado de forma colaborativa, permite a formulação de ações necessárias que contribuem para fomentar a educação inclusiva, como a “[...] elaboração de recursos, materiais, atividades e espaços educativos e flexíveis para o aprendizado de todos os alunos, contemplando, assim, a diversidade, os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem” (Zerbato; Mendes, 2018, p. 152).

O planejamento colaborativo desenvolve-se quando o trabalho colaborativo está bem alicerçado no ambiente escolar e ao envolver estratégias pedagógicas como, por exemplo, no caso do atendimento aos(as) estudantes da Educação Especial, no qual é preciso que os(as) profissionais envolvidos(as) “[...] planejem juntos procedimentos mínimos para o atendimento das necessidades dos estudantes do público-alvo da educação especial e, conseqüentemente, promovam sua participação nas atividades do dia a dia da escola” (Oliveira, 2022, p. 116).

É evidente que essa forma de planejar contribui para a construção de uma cultura de colaboração nas escolas, promovendo qualidade no processo de ensino e aprendizagem e conseqüentemente o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Porém, implica também “[...] ofertar momentos de planejamento em conjunto para proporcionar a troca e compartilhamento de experiências práticas” (Mendes, 2023, p. 117). Convém também destacar a importância dos momentos de trocas de experiências, assim como o incentivo aos “[...] professores a se encontrar regularmente com os colegas de escola, a fim de estudarem juntos e colaborarem com seus pares, trocando ideias e dirimindo dúvidas” (Mantoan, 2003, p. 82).

Assim, o planejamento colaborativo contribuirá para “[...] oferecer situações de aprendizagem diversificadas, para que todos(a) tenham acesso ao conhecimento e ao aprendizado significativo” (Capellini; Zerbato, 2019, p. 27). Respalda-nos pelo referencial teórico que aborda a temática, consideramos que a organização das ações por meio de um planejamento colaborativo é essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, atendendo ao direito de todos(as) de aprender e se desenvolver, segundo suas especificidades.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios que se apresentam para que todos(as) tenham seus direitos garantidos a uma educação de qualidade ainda são muitos. Pesquisar a educação pública de uma perspectiva inclusiva faz emergir a necessidade de mudanças significativas na ação docente.

Nesse processo, necessitamos da reorganização e ressignificação da cultura e das práticas desenvolvidas em nossas instituições de ensino; principalmente para que os processos excludentes e segregadores sejam extirpados desses espaços e substituídos por processos que promovem a inclusão e equidade. Embora, muitas vezes, possam parecer utópicas essas perspectivas, as pesquisas apontam para diversas possibilidades exequíveis que já estão sendo implementadas, aliadas a diversas opções a serem analisadas e aplicadas.

Consideramos o trabalho colaborativo como elemento fundamental às transformações que almejamos em nossas instituições de ensino, a fim de que todos(as) os envolvidos(as) possam contribuir com saberes, vivências e experiências, ampliando as possibilidades de direcionar o processo de ensino e aprendizagem para atender às necessidades reais que cada comunidade escolar apresenta.

Desta forma, envolvendo todos(as), haverá mudanças nas ações docentes e será fomentada uma cultura colaborativa, expressa e presente na elaboração e aplicação de um planejamento colaborativo, promovendo, por consequência, a qualidade no processo de ensino e aprendizagem, assim como o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Essa pesquisa não tem o intento de encerrar as discussões sobre o tema, visto que existem diversos aspectos que ainda necessitam ser apresentados. Os desafios nos ambientes educacionais são muitos e vão desde a carência na formação dos professores até a ausência de infraestrutura e recursos adequados às demandas educativas.

Reforçamos, portanto, que o trabalho colaborativo, ao se efetivar, corresponde a um elemento fundamental para a garantia de educação de qualidade. Ao promover a equidade, paridade, respeito e comprometimento, estabelece-se um ambiente acolhedor, que se transforma em um sistema de sustentação para todos(as) aqueles que realmente almejam lutar para que a educação de qualidade seja ofertada a todos(as) nossos(as) estudantes.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 13.146 de 06 de julho 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 5 nov. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC/ SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

MARIN, M; BRAUN, P. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. *In*: GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **Estratégias educacionais para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

CAPELLINI, V. L.; ZERBATO, A. P. **O que é ensino colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.

DAMIANI, M. F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Revista Educar**, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. (org.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. **Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas**. Campos dos Goytacazes: Encontrografia Editora, 2023.

OLIVEIRA, J. P. **Educação Especial: formação de professores para a inclusão escolar**. São Paulo: Contexto, 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.



RIZZO, A. L.; BORTOLINI, S.; REBEQUE, P. V. S. Ensino do sistema solar para alunos com e sem deficiência visual: proposta de um ensino inclusivo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciência**, v. 14, n. 1, p. 191-204, 2014.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho Universal para a Aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Revista Educação Unisinos**, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 147-155, abr./jun. 2018.